

Aldeia Serra do Padeiro, 19 de janeiro de 2019.

Ao Exmo. Sr. José Antonio Dias Toffoli Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e
Presidente do Conselho Nacional de Justiça do Brasil

À Exma. Sra. Raquel Dodge Procuradora-Geral da República do Brasil

Ao Exmo. Sr. Eunício Oliveira Presidente do Senado Federal do Brasil

Ao Exmo. Sr. Rodrigo Maia Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil

Ao Exmo. Sr. João Cravinho Embaixador da União Europeia no Brasil

À Exma. Sra. Victoria Tauli-Corpuz Relatora da Organização das Nações Unidas para os
Direitos dos Povos Indígenas

Ao Exmo. Sr. Luis Almagro Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos

Em 15 de maio de 2016, denunciamos mediante uma carta a decisão liminar proferida em 5 de abril daquele ano pelo então ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça, suspendendo a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. A decisão foi anulada por unanimidade pelo STJ em 14 de setembro de 2016. Hoje, nós, os Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, uma das comunidades que vivem nesse território, apresentamos uma nova denúncia, contra as determinações do presidente da República, Jair Bolsonaro, e solicitamos às instâncias do governo brasileiro e aos organismos internacionais que tomem as medidas necessárias para impedir que nossos direitos continuem sendo violados. Apenas nos últimos anos, mais de 30 Tupinambá foram mortos. Há violência maior que vemos nossos parentes assassinados, ninguém responsabilizado, e ainda nos negarem o direito a nossa terra?

Em sua campanha, Bolsonaro, atacou constantemente as comunidades indígenas, nos tratando de forma hostil e afirmando que, a partir do início de seu mandato, mais nenhum centímetro de terra seria demarcado para os indígenas. Após eleito, ele começou a cumprir suas promessas, por medidas provisórias e por decretos presidenciais, revogando direitos indígenas adquiridos no decorrer de anos de luta. Transferiu a Funai para outro ministério e deixou claro que, para ele, o meio ambiente não é importante. O importante é abrir as terras indígenas para a exploração de forma geral, de grileiros, do agronegócio, de madeireiros, da mineração. Dada a gravidade da situação, apresentamos novamente um relato histórico sobre o que nosso povo vem enfrentado nestes 500 anos, bem como um novo pedido. Apesar de toda a violência, nunca saímos e nunca sairemos de nossa terra.

Em 1500, quando aqui os europeus chegaram, logo declararam que os Tupinambá eram inimigos da Coroa portuguesa e tinham que ser exterminados e expulsos de seus

territórios. Na Capitania de São Jorge dos Ilhéus, fomos escravizados nos engenhos de cana-de-açúcar, reagimos e sofremos a retaliação da Coroa portuguesa, no massacre comandado por Mem de Sá, em 1559. Então, nosso povo teve que lutar contra os franceses, na Confederação dos Tamoios. Depois, tivemos que lutar contra os holandeses, para expulsá-los da Bahia. E sempre nos eram negados os nossos direitos.

Em 1680, criaram o aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada, para aprisionar os Tupinambá. No aldeamento, eles se esforçaram para tirar a nossa língua, a nossa crença, a nossa religião – para nos tirar tudo. Mas os Tupinambás sempre tiveram a rebeldia de lutar para não deixar que os outros ocupassem completamente o nosso território. Quando o governo percebeu que, apesar do aldeamento, continuávamos crescendo, decidiu que ele teria que ser extinto e elevado à situação de vila, o que aconteceu em 1758. Nesse período, os Tupinambá passaram a ter alguns direitos, como o de eleger vereadores para a Câmara de Olivença, que chegou a ser presidida por um indígena, Nonato do Amaral. Porém, os brancos mandaram destituí-lo. Os índios resistiram e mataram os homens enviados para assumir a Câmara.

Nonato do Amaral foi preso e a pressão dos brancos aumentou muito. Para expulsar os índios, determinaram que, dali em diante, ficava proibida a construção de casas de taipa na vila, pois sabiam que os indígenas não tinham condições para construir casas de tijolos. Assim, os brancos foram se apossando da vila de Olivença, erguendo casas de veraneio e hotéis.

Participamos das lutas, aqui na Bahia, para provocar a independência do Brasil. E, depois, tivemos que ir para a Guerra do Paraguai. Para que os filhos dos coronéis de cacau fossem poupados, arregimentaram os índios da nossa família para guerrear no lugar deles e prometeram que, quando voltássemos, nos deixariam livres em nosso canto. Voltamos vivos, mas a promessa não foi cumprida: continuamos, sempre, sem direito à terra. Na década de 1920, determinaram que teria que ser construída uma ponte ligando a cidade de Ilhéus a Olivença, para que os brancos pudessem ocupar mais rapidamente o nosso território. Marcellino José Alves, Tupinambá, reage, convocando o povo a não permitir a construção da ponte, é duramente perseguido e preso seguidas vezes, até que, em 1937, desaparece.

Em 1926, o Ministério da Guerra demarcou 50 léguas em quadra, para os Pataxó, Tupinambá e Aricobé. Mas, depois, a reserva Caramuru-Paraguaçu foi reduzida para 54 mil hectares. Nessa época, fomos declarados comunistas e perseguidos pelo governo de Getúlio Vargas, o que nos levou a viver na clandestinidade durante anos. Quem mandava então na região era o Doutor Almeida – aqui, todo mundo era “doutor” –, que tinha muitos homens armados sob seu poder e tratou de redistribuir as terras dos Tupinambá para os brancos. Os índios que resistissem eram mortos ou deportados, levados para o aldeamento de Santa Rosa ou para o Monte Pascoal. Mesmo assim, nós reagimos. O governo brasileiro, percebendo que não poderia simplesmente nos expulsar, tentou nos transformar em agricultores. Dividiu nossas terras em pequenos lotes, para que vivêssemos aprisionados junto aos brancos. Nós trabalhávamos e trabalhávamos, e

então o delegado de polícia invadia nossas terras, dizendo que o fazendeiro havia denunciado que o cacau que estava secando em nossas barcaças pertencia a ele. O delegado vinha com a polícia, armada, juntava o cacau que nós havíamos colhido, levava embora e nós ficávamos com fome. Muitas mulheres foram estupradas e até as crianças tinham que trabalhar para os brancos, a troco de nada. Essa foi nossa luta até a década de 1980.

E agora, depois que conseguimos que o governo realizasse os estudos para a demarcação da terra, quando conseguimos provar que nós existimos e que estamos no mesmo lugar, sofrendo o mesmo massacre, o governo brasileiro volta a nos atacar. A imprensa continua fazendo o que sempre fez: dizendo que somos falsos índios, que somos selvagens e temos que ser mortos. Como sempre, os juízes continuam ao lado dos invasores, dando sempre ganho de causa para os não índios e transformando a nossa vida inteira em um inferno.

Em 2008, nossa aldeia foi atacada por 180 policiais, com viaturas, helicóptero e rabecão. Eles atiraram com armas .50, soltaram bombas em nossas cabeças, fizeram de tudo. Em 2009, cinco índios foram torturados pela polícia com choques elétricos. De 2013 para 2014, o governo ocupa a nossa casa, cria bases militares dentro de nossa terra, para tentar nos coagir. Mesmo assim, como sempre, não saímos do nosso território. De lá para cá, mais de 30 índios foram assassinados e ninguém foi preso. Só os índios são presos, com base em falsas acusações e flagrantes forjados. O juiz federal de Ilhéus, Lincoln Pinheiro Costa, disse que precisamos entrar em acordo e ceder parte de nossa terra. Ele alegou que nossa terra tinha que ser demarcada em “ilhas”, deixando a praia do lado de fora. Como é que os Tupinambá da praia ficarão sem praia? O juiz afirmou que era preciso “pacificar” a região. Nós perguntamos: pacificar para quem? Porque quem está morrendo somos nós, quem está sendo enterrado ao longo da história somos nós. Agora, temos que ouvir do novo presidente, Jair Bolsonaro, que nenhuma terra indígena será demarcada.

Assim, nos dirigimos às diversas instâncias do governo brasileiro e às instâncias internacionais, e pedimos novamente: ou devolvam as nossas terras ou, simplesmente, parem de dizer que nós não somos Tupinambá: mandem nos matar, em menos de um ano, e coloquem o branco em nosso lugar. Mas tomem uma decisão já. Nem os adultos, nem as crianças podem viver neste inferno. Estamos em nossa terra, trabalhando, e, quando menos esperamos, a polícia chega para nos expulsar. Nos últimos anos, a polícia tentou nos matar dezenas de vezes. Vejam a gravidade do que dizemos: nós não estamos nos referindo a ações de fazendeiros ou empresários; é o governo brasileiro, através de sua polícia, que vem tentando acabar com a comunidade a qualquer preço. Como vamos enfrentar uma luta desta? Qual é a chance que nós temos de vencer?

Vocês não têm para onde nos levar, porque nós nunca fomos de outro lugar. Os fazendeiros e os empresários dizem que nós não somos os ocupantes tradicionais desta terra. Não são eles que têm que dizer, somos nós, que habitamos aqui, são os velhos que ainda vivem na terra e têm histórias, muitas histórias, com o branco sempre infernizando a vida

deles. O que sabemos é que o Judiciário brasileiro tem sempre uma desculpa para manter tudo na mão dos invasores. Sempre. Que vocês fiquem sabendo: ninguém nunca governou e nem vai governar os Tupinambá da Serra do Padeiro.

Escrevemos esta carta a pedido dos nossos encantados. Se, em nível internacional, já se discutem garantias jurídicas para entidades não humanas enquanto sujeitos de direitos sobre seus territórios – ver Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) –, o presidente eleito sequer considera os direitos dos seres humanos, nós, os povos indígenas.

Com esta nova carta, nós, Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, queremos deixar informadas as autoridades brasileiras e internacionais que não concordamos com a atitude do novo presidente. Ele afirmou que não vai demarcar nenhum centímetro de terra indígena, que as terras indígenas demarcadas serão revistas e abertas para exploração de terceiros. Nós somos o primeiro povo de contato do país e não vamos deixar de continuar ocupando o nosso território, independentemente das determinações do novo presidente. Com as suas palavras, ele está inflamando o ódio e a intolerância contra os povos indígenas, acirrando um clima de tensões e violências.

Diante de tais determinações, nós estamos cientes de que ele decretou a morte de várias etnias. Decretou a nossa morte, a morte dos Tupinambá, uma vez que nós não vamos permitir acesso a grileiro ou qualquer tipo de invasor. A nossa terra é uma terra sagrada, exclusiva para nós. Lutamos durante mais de 500 anos e enfrentamos de tudo até agora. Então, diante dessas ameaças, e sabendo que agora o presidente está colocando as suas medidas para o Congresso decidir, nós, da aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, já ocupamos nosso território. Garantimos às autoridades brasileiras e internacionais que, se essas medidas forem consolidadas, nós, Tupinambá, seremos todos assassinados, porque não vamos ceder, não vamos recuar. Queremos a garantia dessas autoridades: todos nós, após sermos mortos, temos que ser enterrados no pé da serra. Não abrimos mão de ser enterrados no lugar onde fomos assassinados, dentro do nosso próprio território, uma vez que nós nunca aceitaremos sair.

Rosemiro Ferreira da Silva – Pajé Representando a organização religiosa dos Tupinambá da Serra do Padeiro

Rosivaldo Ferreira da Silva - Cacique Babau Representando a organização política dos Tupinambá da Serra do Padeiro

Serra do Padeiro, 19 January 2019.

To His Excellency, Mr. José Antonio Dias Toffoli Minister of Justice of Brazil

To Her Excellency, Mrs. Raquel Dodge General Prosecutor of Brazil

To His Excellency, Mr. Eunício Oliveira President of the Federal Senate of Brazil

To His Excellency, Mr. Rodrigo Maia President of the Chamber of Deputies of Brazil

To His Excellency, Mr. João Cravinho Ambassador of European Union in Brazil

To Her Excellency, Mrs. Victoria Tauli-Corpuz United Nations Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples

To His Excellency, Mr. Luis Almagro Secretary General of the Organization of American States

On May 15, 2016, we wrote a letter denouncing the preliminary decision rendered on April 5 of that year by then-Minister Napoleão Nunes Maia Filho of the Superior Court of Justice, suspending the demarcation of the Tupinambá Indigenous Land of Olivença. The decision was annulled unanimously by the STJ on September 14, 2016. Today, we, the Tupinambá of the Serra do Padeiro, one of the communities that resides on these lands, submit a new complaint regarding the decisions of the President of the Republic, Jair Bolsonaro, and appeal for the bodies of the Brazilian government, along with the relevant international entities, to take the measures necessary to prevent the continued violation of our rights. Over the last several years, more than thirty Tupinambá have been killed. Is there any greater violence than witnessing the assassination of our people with zero assignment of culpability and then being denied the right to our land?

In his campaign, Bolsonaro constantly attacked indigenous communities, treating us in a hostile manner and stating that, from the beginning of his term, not one centimeter of land would be demarcated for indigenous peoples. After the election, he began to fulfill his promises through provisional measures and presidential decrees, repealing indigenous rights that had been acquired over years of struggle. He transferred the National Indian Foundation (Funai) to another ministry, and made it clear that, for him, the environment does not matter. What matters is opening indigenous lands to the transfer of territories through falsified documentation, as well as to exploitation by the agribusiness, logging, and mining industries. In light of this grave situation, we wish to present again an

historical account of what our people have faced during these 500 years, as well as a new request. In spite of all the violence, we have never abandoned, and will never abandon our land.

In 1500, when Europeans arrived here, they declared the Tupinambá enemies of the Portuguese Crown and said we had to be exterminated and expelled from our lands. In the Captaincy of São Jorge dos Ilhéus, we were enslaved on sugar mills. We fought back and suffered the retaliation of the Portuguese Crown in the 1559 massacre led by Mem de Sá. Then our people had to fight the Dutch to expel them from Bahia. Then we fought the French in the Confederation of the Tamoios. Our rights have always been denied.

In 1680, the Jesuit village of Our Lady of the Ladder was founded as a Tupinambá prison. In the village, they endeavored to take away our language, our beliefs, and our religion—to take everything from us. But the Tupinambá were always too rebellious to allow them to occupy our territory completely.

When the government saw that we were continuing to grow in spite of the Jesuit village, they did away with it in 1758 and turned it into a town. During this period, the Tupinambá had some rights, including the right to elect council members to the House of Olivença, which came to be presided over by an indigenous man named Nonato do Amaral. However, the whites ordered that he be deposed. The Tupinambá resisted and killed those sent to take over the House. Nonato do Amaral was imprisoned, and the whites increased their pressure significantly. To expulse the Tupinambá, they prohibited the construction of mud houses in the town because they knew indigenous communities did not have means to build brick houses. In this way, erecting summer homes and hotels, the whites came to take over the town of Olivença.

Here in Bahia we took part in the struggles to bring about Brazilian independence. Afterwards, we had to fight in the War of the Triple Alliance. So that the sons of cacao barons might be spared, they conscripted us, took us from our families, and had us fight in their stead, promising to let us live freely in our small corner of land upon return. We returned alive, but their promise would never be met: We continued, as before, without rights to the land. In the 1920s, they decided to build a bridge connecting the city of Ilhéus to Olivença, so that whites could occupy our territory more quickly. Marcellino José Alves, Tupinambá, fought back, calling on the community to prevent the construction. Relentlessly persecuted, he was imprisoned twice before disappearing in 1937.

In 1926, the Ministry of War demarcated fifty square leagues of land for the Pataxó, the Tupinambá, and the Aricobé. But later, the Caramuru-Paraguaçu Reserve was reduced to 54 thousand hectares. At that time, we were labeled “communists” and persecuted by the administration of Getúlio Vargas—a situation that forced us into hiding for years. Doctor Almeida (here everyone was called “Doctor”) ruled over the region at the time with many armed men at his command, seeking to redistribute Tupinambá lands to whites. The Tupinambá who resisted were killed or deported, taken to the village of Santa Rosa or to Monte Pascoal. Nonetheless, we fought back once again. Seeing that they could not

banish us very easily, the Brazilian government tried to transform us into agricultural workers. They divided our lands into small lots where we would live as captives alongside whites. We worked until police delegates invaded our lands, arguing that the "landowner" had declared the cacao in our barges belonged to him. The delegate came with armed police, gathered the cacao we had harvested, and took off with it, leaving us hungry. That was our struggle until 1980.

And now, after we had succeeded in getting the government to carry out the evaluations necessary to demarcate our lands; after we had managed to prove we exist, and that we are still in the same place, suffering the same massacre, the government attacks us once again. The press continues to do what it has always done: to say that we are fake Indians, that we are savages, and that we must be killed. As has always been the case, the judges continue to side with the intruders, to favor the non-Indians, and transform our existence into a living hell.

In 2008, our community was attacked by 180 police officers with vehicles, helicopters, and hearses [to remove our dead bodies]. They fired with .50 caliber weapons, threw bombs at our heads; they did everything imaginable. In 2009, the police tortured five Indians with electric shocks. Between 2013 and 2014, the government occupied our homes and created military bases on our land in an attempt to coerce us out. Even so, as always, we did not depart from our territory. Since then, more than thirty Tupinambá have been assassinated and not one arrest has been made. Only the Tupinambá are arrested, based on false allegations and egregious fabrications. The federal judge in Ilhéus, Lincoln Pinheiro Costa, ordered us to enter into an agreement to cede part of our land. He claimed that our land had to be demarcated as "islands," so that the coastline would remain outside the demarcated area. How are the Tupinambá from the coast going to survive without the coastline? The judge affirmed the need to "pacify" the region. We asked: pacify for whom? We are the ones who are dying. We are the ones who have been buried, continuously, throughout history. Now we have to hear from the new president, Jair Bolsonaro, that no indigenous land will be demarcated.

We therefore address all levels of Brazilian government and international bodies, and we ask: give back our lands and stop saying we are not Tupinambá. Or order them to kill us in a year's time and to put whites here in our place. But make a decision. Neither adults nor children can live in this hell. We are on our land, working, and when we least expect it, the police arrive to expel us. In recent years, the police have tried to kill us dozens of times. Pay attention to the gravity of what we are saying: we are not referring to the actions of farmers and business owners; it's the Brazilian government, by dint of its police, that is trying to do away with our community at any price. How will we confront a struggle of this nature? What chance do we have of winning?

You have nowhere to take us because we have never been from any place other than this one. The farmers and businessmen say we are not the traditional occupants of this land, but they are not the ones to make this determination. We are. We are the ones who live

here. The elderly members of our community who still live on this land and have stories, many stories of whites making their lives hell, are the ones who can make it. The minister who suspended the demarcation of our land has never even been here. We do not know him. What we do know is that the Brazilian judiciary always has an excuse for keeping everything in the hands of intruders. Always. Know this: no one has ever governed, nor will ever govern the Tupinambá of the Serra do Padeiro.

We have written this letter at the request of our spirit holders (*encantados*). While at the international level, legal guarantees have already been discussed for non-human entities as subjects of territorial rights (see the 2007 UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples), President Bolsonaro does not even consider the human rights of Brazil's indigenous peoples.

With this new letter, we, Tupinambá from Serra do Padeiro, want to inform the Brazilian and international authorities that we do not agree with the attitude of the new president. He said he will not demarcate one centimeter of indigenous land; hat demarcated indigenous lands will be reviewed; and opened up to exploitation by third parties. We are the first peoples of this country, and we will continue to occupy our territory, regardless of the new president's decisions. With his words, he is inflaming hatred and intolerance against indigenous peoples, stirring up a climate of tension and violence.

Facing the president's decisions, we realize that he has decreed the death of various ethnicities. He has decreed our death, the death of the Tupinambá, as we will not permit entry to entities wishing to make false claims to our land, or to any other kind of invader. Our land is sacred and for our exclusive use. We have been struggling for more than 500 years, and have faced every possible obstacle. So, in the face of these threats, and knowing that now the president is putting his measures before Congress, we, from the Tupinambá of Serra do Padeiro, have already occupied our territory. We assure Brazilian and international authorities that if these measures are consolidated, we, Tupinambá, will all be killed, because we will not give in and we will not back down. We want assurance from these authorities that all of us, after being killed, will be buried at the foot of the mountain. We will not accept burial in any place other than where we are murdered, within our own territory, as we will never accept to leave.

Rosemiro Ferreira da Silva – Pajé Representing the religious organization of the Tupinambá
of the Serra do Padeiro

Rosivaldo Ferreira da Silva - Cacique Babau Representing the political organization of the
Tupinambá of the Serra do Padeiro

Communauté de Serra do Padeiro, le 19 janvier 2019

M. José Antonio Dias Toffoli Ministre de la Justice du Brésil

Mme. Raquel Dodge Procureure Général de la République du Brésil

M. Eunício Oliveira Président du Sénat Fédéral du Brésil

M. Rodrigo Maia Président de la Chambre des Députés du Brésil

M. João Cravinho Ambassadeur de l'Union européenne au Brésil

Mme. Victoria Tauli-Corpuz Rapporteur de l'Organisation des Nations Unies sur les Droits des Peuples Autochtones

M. Luis Almagro Secrétaire Général de l'Organisation des États américains

Le 15 mai 2016, nous avons dénoncé par le biais d'une lettre, la décision rendue le 5 avril de la même année par l'ancien ministre Napoléon Nunes Maia Filho, de la Cour supérieure de Justice suspendant la démarcation de la terre autochtone Tupinamba de Olivença. La décision a été annulée à l'unanimité par le Ministère de la Justice le 14 septembre 2016. Aujourd'hui, nous, les Tupinambas de Serra do Padeiro, l'une des communautés qui vit au sein de ce territoire, présentons cette nouvelle dénonciation, contre les déterminations du président de la République Jair Bolsonaro, et sollicitons aux instances du gouvernement brésilien et aux organisations internationales de prendre les mesures nécessaires pour empêcher que nos droits continuent d'être violés. Seulement au cours de ces dernières années, plus de 30 Tupinambas ont été tués. Existe-t-il plus forte violence que de voir nos parents se faire assassiner, sans que personne ne soit tenu pour responsable et encore de nous voir nier le droit à notre terre?

Lors de sa campagne électorale, Bolsonaro, a constamment attaqué les communautés autochtones, nous traitant de façon hostile et déclarant que, à partir du début de son mandat, plus aucun centimètre de terre ne serait démarqué pour les autochtones. Une fois élu, il a commencé à tenir ses promesses, par des mesures provisoires et par des

décrets présidentiels, abrogeant les droits des peuples autochtones acquis au cours de nombreuses années de lutte. Il a transféré la Funai dans un autre ministère et a précisé que l'environnement n'était pas important pour lui. Ce qui importe c'est de libérer l'accès des terres autochtones à l'exploration en général des occupants illégaux, de l'agrobusiness, des bûcherons, de l'exploitation minière. Face à la gravité de la situation, nous présentons à nouveau un compte rendu historique de ce à quoi notre peuple fait face depuis ces 500 dernières années ainsi qu'une nouvelle demande.

Malgré toute la violence, nous ne sommes jamais sortis et nous ne sortirons jamais de notre terre.

En 1500, quand les Européens sont arrivés ici, ils ont aussitôt déclaré que les Tupinambas étaient des ennemis de la Couronne portugaise et qu'ils devaient être exterminés et expulsés de leurs territoires. Dans la Capitainerie de Saint Jorge d'Ilhéus, nous avons été mis en esclavage dans les exploitations de canne à sucre, nous avons réagi et avons souffert des représailles de la Couronne portugaise au cours du massacre ordonné par Mem de Sá, en 1559. Ainsi, notre peuple a dû lutter contre les Français au cours de la Confédération des Tamoios. Ensuite, nous avons dû lutter contre les Hollandais afin de les expulser de Bahia. Et nos droits nous ont toujours été refusés.

En 1680, ils ont créé la Réduction jésuite de Notre-Dame *da Escada*, pour emprisonner les Tupinambas. Dans la Réduction, ils se sont efforcés de nous retirer notre langue, notre croyance, notre religion – afin de tout nous enlever. Mais, nous, les Tupinambas nous avons toujours eu la rébellion de lutter pour ne pas laisser les autres occuper complètement notre territoire. Lorsque le gouvernement a réalisé que malgré la Mission, nous continuions à croître, il a décidé qu'elle devait être anéantie et élevée à la situation de ville, ce qui est arrivé en 1758. Durant cette période, les Tupinambas ont eu certains droits, comme celui d'élire les conseillers de la Chambre d'Oliveira, qui est même venue à être présidée par un autochtone, Nonato do Amaral. Cependant, les Blancs l'ont fait partir. Les autochtones ont résisté et ont tué ceux qui ont été envoyés pour diriger la Chambre.

Nonato do Amaral a été arrêté et la pression des Blancs a fortement augmenté. Pour expulser les autochtones, ils ont déterminé que, dès lors, il était interdit de construire des maisons en terre dans la ville parce qu'ils savaient que les autochtones ne pouvaient pas se permettre de construire des maisons en briques. De cette façon, les Blancs prenaient possession de la villa d'Oliveira, en construisant des maisons d'été et des hôtels.

Nous avons participé aux luttes ici à Bahia afin de provoquer l'indépendance du Brésil. Par la suite, nous avons dû participer à la guerre du Paraguay. Afin que les enfants des colonels du cacao soient épargnés, ils ont envoyé les autochtones de notre famille pour faire la guerre à leur place et ont promis que quand nous reviendrions, ils nous laisseraient libres chez nous. Nous sommes revenus en vie, mais la promesse n'a pas été tenue: nous n'avons toujours pas le droit à la terre. Dans les années 1920, ils ont déterminé qu'il fallait faire construire un pont reliant la ville d'Ilhéus à Oliveira, de sorte que les Blancs puissent occuper plus rapidement notre territoire. Marcellino José Alves, Tupinamba, réagit en convoquant le peuple afin d'empêcher la construction du pont et est sévèrement persécuté et emprisonné à maintes reprises, jusqu'à ce qu'en 1937, il disparaisse.

En 1926, le ministère de la Guerre a démarqué 50 lieues carrées pour les Pataxos, Tupinambas et Aricobés. Cependant, la réserve Caramuru-Paraguaçu a été réduite à 54 000 hectares. À ce moment-là, nous avons été déclarés communistes et nous avons été persécutés par le gouvernement de Gétúlio Vargas qui nous a obligés à vivre dans la clandestinité pendant des années. Celui qui contrôlait alors la région était le Docteur

Almeida - ici, tout le monde était « docteur » -, qui avait beaucoup d'hommes armés sous son pouvoir et a essayé de redistribuer les terres des Tupinambas aux Blancs. Les autochtones qui résistaient se faisaient tuer ou déporter, emmenés à la mission de Santa Rosa ou au Monte Pascoal. Nous avons réagi même dans cette situation. Le gouvernement brésilien, réalisant qu'il ne pouvait pas simplement nous expulser, a essayé de nous transformer en agriculteurs. Il a divisé nos terres en petits lots dans le but de nous voir vivre prisonniers des Blancs. Nous travaillions et travaillions, moments pendant lesquels le délégué de police en profitait pour envahir nos terres en disant que l'agriculteur avait signalé que le cacao qui séchait dans notre barge lui appartenait. Le délégué venait avec la police, armée, réunissait le cacao qu'on avait ramassé, le récupérait et il nous restait plus que la faim. Ce fut notre lutte jusque dans les années 1980.

Et maintenant, après être parvenus à ce que le gouvernement réalise les études pour la démarcation de la terre, à prouver que nous existons et que nous sommes au même endroit, subissant le même massacre, le gouvernement brésilien nous attaque à nouveau. La presse continue à faire ce qu'elle a toujours fait: en disant que nous sommes de faux « Indiens », que nous sommes des sauvages et que nous devons être morts. Comme toujours, les juges continuent du côté des envahisseurs, donnant toujours gain de cause aux non autochtones et transformant toute notre vie en un enfer.

En 2008, notre communauté a été attaquée par 180 policiers avec des véhicules, des hélicoptères et corbillards. Ils ont tiré avec des fusils calibres 50, ont lâché des bombes sur nos têtes, ont fait de tout. En 2009, cinq autochtones ont été torturés par la police avec des chocs électriques. De 2013 à 2014, le gouvernement a occupé nos maisons, crée des bases militaires dans nos terres pour tenter de nous contraindre. Pourtant, comme toujours, nous ne sommes pas sortis du territoire. Depuis lors, plus de 30 autochtones ont été assassinés et personne n'a été arrêté. Seuls les autochtones sont arrêtés sur des fausses accusations et des flagrants forçés. Le juge fédéral d'Ilhéus, Lincoln Pinheiro Costa, a stipulé que nous devons trouver un accord et céder une partie de notre terre. Il a allégué que notre terre devait être démarquée en « îles », en laissant la plage en dehors. Comment sera la situation des Tupinambas de la plage sans elle? Le juge a affirmé qu'il était nécessaire de « pacifier » la région. Nous lui avons donc demandé: pacifier pour qui? Parce que c'est nous qui y vivons, c'est nous qui y sommes enterrés tout au long de l'histoire. Et maintenant, nous devons écouter du nouveau président, Jair Bolsonaro, que plus aucune terre autochtone ne sera démarquée.

Nous nous adressons donc aux diverses instances du gouvernement brésilien et internationales, et réitérons notre demande: ou qu'il nous rende nos terres et tout simplement, arrête de dire que nous ne sommes pas Tupinambas, ou qu'il envoie nous tuer en moins d'un an et mette le Blanc à notre place. Mais prenez une décision immédiate. Ni les adultes ni les enfants ne peuvent vivre dans cet enfer. Nous sommes dans notre terre, nous travaillons et quand on s'y attend le moins, la police arrive pour nous expulser. Au cours des dernières années, la police a essayé de nous expulser. Ces dernières années, la police a essayé de nous tuer des dizaines de fois. Voyez la gravité

de ce que nous disons: nous ne sommes pas en train de nous référer aux actions des agriculteurs ou des entrepreneurs; mais à celles du gouvernement brésilien, par le biais de sa police, qui tente de mettre fin à la communauté à tout prix. Comment pouvons-nous affronter une telle lutte? Quelle est la chance que nous avons de gagner?

Vous n'avez nulle part où nous emmener parce que nous n'avons jamais été d'un autre endroit. Les agriculteurs et les entrepreneurs disent que nous ne sommes pas les occupants traditionnels de cette terre. Ce n'est pas à eux de le dire mais à nous, qui habitons ici, aux anciens qui vivent encore sur cette terre et qui ont des histoires, beaucoup d'histoires, à propos du Blanc qui a toujours rendu leur vie infernale. Ce que nous savons c'est que le système judiciaire brésilien a toujours une excuse pour laisser tout aux mains des envahisseurs. Toujours. Sachez-le : personne n'a jamais gouverné et ni ne gouvernera les Tupinambas de Serra do Padeiro.

Nous avons écrit cette lettre à la demande de nos *encantados*. Si, au niveau international, des garanties juridiques sont déjà en cours de discussion pour les entités non humaines en tant que sujets de droits sur leurs territoires - voir Déclaration des Nations Unies sur les droits des peuples autochtones (2007) - le président élu ne considère même pas les droits des êtres humains, nous, les peuples autochtones.

Avec cette nouvelle lettre, nous, Tupinambas de la communauté de Serra do Padeiro, souhaitons informer les autorités brésiliennes et internationales que nous ne sommes pas d'accord avec l'attitude du nouveau président. Il a affirmé qu'il ne démarquerait pas un centimètre de terre autochtone, que les terres autochtones démarquées seraient réexaminées et ouvertes à l'exploration par des tiers. Nous sommes le premier peuple de contact du pays et nous continuerons d'occuper notre territoire, quelles que soient les décisions du nouveau président. Par ses paroles, il enflamme la haine et l'intolérance à l'égard des peuples autochtones, créant un climat de tensions et de violences.

Face à de telles déterminations, nous sommes conscients qu'il a décrété la mort de plusieurs ethnies. Il a décrété notre mort, la mort des Tupinambas, car nous ne permettrons pas l'accès à des occupants illégaux ou à un envahisseur quelconque. Notre terre est une terre sacrée, elle nous est exclusive. Nous luttons depuis plus de 500 ans et avons affronté de tout jusqu'à présent. Donc, face à ces menaces, et sachant que le président met maintenant en place des mesures pour que le Congrès décide, nous, de la communauté de Serra do Padeiro, nous occupons déjà notre territoire. Nous assurons aux autorités brésiliennes et internationales que si ces mesures sont consolidées, nous, Tupinambas, serons tous assassinés, parce que nous ne céderons pas, nous ne reculerons pas. Nous voulons la garantie de ces autorités que: nous tous, après avoir été tués, devons être enterrés au pied de la montagne. Nous ne renonçons pas à être enterrés à l'endroit où nous serons assassinés, dans notre propre territoire, car nous n'accepterons jamais de partir.

Rosemiro Ferreira da Silva – *Pajé* Représentant de l'organisation religieuse des Tupinambas
de Serra do Padeiro

Rosivaldo Ferreira da Silva - Cacique Babau Représentant de l'organisation politique des
Tupinambas de Serra do Padeiro